

Urdimento

REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS
E-ISSN 2358.6958

A transfobia como trauma e critério curatorial da cisnormatividade

Oliver Olívia Lagua de Oliveira Bellas Fernandes

Para citar este artigo:

FERNANDES, Oliver Olívia Lagua de Oliveira Bellas A transfobia como trauma e critério curatorial da cisnormatividade. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1, n. 50, abr. 2024.

 DOI: 10.5965/1414573101502024e0110

Este artigo passou pelo *Plagiarism Detection Software* | iThenticate



A Urdimento esta licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) – (CC BY 4.0)



A transfobia como trauma e critério curatorial da cisnormatividade¹

Oliver Olívia Laguna de Oliveira Bellas Fernandes²

Resumo

O presente artigo foca no fenômeno da transfobia para analisar o comportamento da cisnormatividade como paradigma hegemônico de organização sociocultural. Em diálogo com pensadores e pensadoras da teoria *cuír*, se defende que a transfobia não é um mecanismo de opressão que se dá mediante a demonstração de força, mas sim uma resposta traumática da cisnormatividade ao vislumbrar seu próprio fim. Também é feita uma reflexão acerca do domínio cisgênero dos espaços de poder do cenário teatral, como a produção, a curadoria e a crítica, de modo a identificar um discurso supostamente progressista de “inclusão” como uma versão sofisticada do funcionamento da transfobia como trauma.

Palavras-chave: Transgeneridade. Transfobia. Cisnormatividade. Teoria *cuír*. Curadoria.

Transphobia as trauma and curatorial criterion of cisnormativity

Abstract

This article focuses on the phenomenon of transphobia to analyze the behavior of cisnormativity as a hegemonic paradigm of socio-cultural organization. In dialogue with thinkers of the *cuír* theory, it is argued that transphobia is not a mechanism of oppression that occurs through the demonstration of force, but rather a traumatic response of cisnormativity when envisioning its own end. A reflection is also made on the cisgender dominance of spaces of power in the theater scene, such as production, curation and criticism, in order to identify a supposedly progressive discourse of “inclusion” as a sophisticated version of the functioning of transphobia as trauma.

Keywords: Transgenderity. Transphobia. Cisnormativity. *Cuír* theory. Curation.

La transfobia como trauma y criterio curatorial de cisnormatividad

Resumen

Este artículo se centra en el fenómeno de la transfobia para analizar el comportamiento de la cisnormatividad como paradigma hegemónico de organización sociocultural. En diálogo con pensadores de la teoría *cuír*, se sostiene que la transfobia no es un mecanismo de opresión que se da a través de la demostración de fuerza, sino una respuesta traumática de cisnormatividad al vislumbrar su propio fin. También se reflexiona sobre el predominio cisgênero de espacios de poder en la escena teatral, como la producción, la curaduría y la crítica, para identificar un discurso supuestamente progresista de “inclusión” como una versión sofisticada del funcionamiento de la transfobia como trauma.

Palabras clave: Transgeneridad. Transfobia. Cisnormatividad. Teoría *cuír*. Curación.

¹ Revisão ortográfica, gramatical e contextual do artigo realizada por Lucas Miyazaki Brancucci, mestrando em Letras pela Universidade de São Paulo (USP).

² Mestrando em Artes Cênicas na Universidade de São Paulo (ECA/USP). Graduação – Bacharelado em Filosofia pela USP. Ator, diretor, performer e pesquisador trans não binário. ✉ laguaolivia@gmail.com
 <http://lattes.cnpq.br/3239954620301898>  <https://orcid.org/0000-0001-6173-0435>



A cisnormatividade como mito que se autoperpetua

As sociedades ocidentais colonizadas, tais como o Brasil, são regidas por uma episteme hegemônica que organiza as pessoas em duas macrocategorias – “homem” e “mulher” – cuja constituição se pauta nos formatos dos corpos – com pênis e com vulva, respectivamente. O sucesso milenar da perpetuação desse sistema consiste no seu mecanismo de ocultação de sua própria origem (Butler, 2003), que culmina no seu disfarce como “natureza” – termo este que, por sua vez, apesar de também se tratar de uma invenção cultural humana, goza de uma supremacia ontológica incontestável. A essa formatação cognitiva damos o nome de “cisnormatividade”³.

A cisnormatividade é um modelo relacional, cognitivo, subjetivo e cultural que pressupõe a genitália como causa originária de uma certa corporalidade específica e de um certo registro comportamental afetivo específico. Por exemplo: um indivíduo, ao nascer com um órgão genital identificado sob o nome – *e ideia* – de vagina, é instantaneamente catalogado como pertencente ao escopo identitário intransferível e invariável “mulher”. Por meio do enunciado “é menina!”, proferido por parte da figura de autoridade representada dentro desse modelo – por um médico ou médica – é instaurada a primeira mesa de operação abstrata (Preciado, 2017) de designação sexual por qual todos indivíduos de uma sociedade cisheteroterrorista passam. A partir desse momento, são postos em jogo diversos mecanismos moduladores estético comportamentais que, por meio de estímulos positivos e negativos, fabricam um exemplar de carne e osso do ideário platônico “mulher”. Na verdade, contemporaneamente, podemos falar inclusive do acionamento do aparato de produção e incorporação normativa de identidades generificadas mesmo antes da visualização a olho nu da genitália do bebê, se considerada a cultura do ultrassom, que já convoca tecnologias coercitivas, determinantes e binárias de gênero como, por exemplo, o ritual cisnormativo do “chá de revelação” – reunião social que usa de subterfúgios estéticos

³ Aqui é importante ressaltar que o uso do termo “cisnormatividade” ou do prefixo “cis” ao longo desse texto não se referem aos indivíduos *em si* que se encontram um espectro cis de expressão de gênero, mas sim à mentalidade hegemônica, binária e excludente que produz sistemas de poder e violência para/com as pessoas e as epistemes trans.



espetaculares para revelar “o sexo” do bebê, por meio da aparição ostentosa da cor rosa (para vaginas) ou da cor azul (para pênis). No caso de genitálias categorizadas pela cisnormatividade como “dúbias” – por exemplo, genitálias de pessoas intersexo –, aos seus portadores recém-nascidos são administradas doses de testosterona que buscam metamorfosear sua conjuntura original em um “pênis normal”, que corresponde ao aumento desse segmento do corpo até uma quantidade preestabelecida e delimitada de centímetros. Caso o corpo não responda dessa maneira esperada às aplicações de hormônio, o bebê de poucos dias é submetido a uma segunda e “verdadeira mesa de operações” (Preciado, 2017, p. 131) de designação sexual, e nele é plasticamente modelada uma vagina.

Assim, os bebês intersexo são a evidência escancarada do apego – e, portanto, do *compromisso* – da cisnormatividade com a perpetuação de si mesma, por meio da perpetuação da genitália como pilar da narrativa de um Adão cis e de uma Eva cis: o mito fundante da humanidade, da natureza, até mesmo do real e, principalmente, da própria cisnormatividade. A dupla originária bíblica nitidamente aponta para o projeto epistêmico da hegemonia do sistema sexo-gênero (Preciado, 2017) de binarizar e polarizar os corpos mediante suas genitálias. Nessa coerência mitológica, a presença da vagina é *idêntica* a “ser mulher”, e a presença do pênis é idêntica a “ser homem”, em um nível tão fundamental e essencialista que mesmo intervenções posteriores que desarranjem a coerência cis-binária-normativa de organização de um corpo não são suficientes para desatar o elo existencial, inicial e divino que instaura toda verdade sobre um ser: nascer com vagina é nascer mulher, e vice-versa: nem mesmo uma eventual faloplastia pode desfazer essa primeira verdade ontológica, eterna e imutável.

Os chamados corpos “intersexuais” comprometem o trabalho mecânico da mesa de atribuição dos sexos, minam secretamente a sintaxe segundo a qual a máquina sexual produz e reproduz corpos. Os bebês intersexuais representam uma ameaça, alteram a fronteira para além da qual há diferença, e aquém da qual há identidade. Põem em xeque o automatismo performativo da mesa de operações. Evidenciam a arbitrariedade das categorias (identidade e diferença, macho/fêmea) e a cumplicidade que essa categorização estabelece com a heterodesignação dos corpos (Preciado, 2017, p. 131).

É assim que a necessidade da genitália “coerente” ao nascimento se faz tão



presente, pois sem uma vagina incontestável ou um pênis incontestável não é possível declarar eterna uma correlação implícita e originária entre a episteme cisnormativa e a humanidade como conceito existencial universal: não é possível Eva, ou Adão, ou Éden, ou Deus, e, desse modo, em uma espécie de o-fim-justifica-os-meios⁴ autopermittido e autoanistiado, recém-nascidos são hormonizados e mutilados por profissionais da saúde quando necessário. Os bebês intersexo são a prova do quão longe a cisnormatividade concorda em ir em sua brutalidade física, simbólica e epistêmica *para fabricar a si mesma* e fazer manutenção de sua suposta incontestabilidade orgânica. Esses então diversos mecanismos de autoprodução de suas próprias premissas pressupõem, desse modo, a autorregulamentação corporificada de um conjunto estético e performativo sobre o qual se organiza e se manifesta, no tecido da experiência, a encarnação da ideia de uma natureza primeira, expressa pela equação pênis = homem/vagina = mulher.

Em contraposição ao cânone hegemônico, quando pensamos “gênero” em seu caráter performativo, e não *natural*, dialogamos principalmente com a análise butleriana que identifica “gênero” como uma situação sociocultural relacional interperceptiva, justamente de modo a desmontar a dicotomia supremacista entre “natureza” e “artificialidade”: entre “*normal*” e “trans”, por exemplo. Butler tece “gênero” como um esquema perceptível e moldável ao trazer a noção dos gêneros inteligíveis e ininteligíveis (Butler, 2003). Ao invés de vingar o mito originário do Adão cis e da Eva cis como constituição primeira, na chave performativa, a suposta naturalidade do gênero é explicada pelo quanto o arranjo estético performativo daquela pessoa se aproxima mais ou menos da leitura arbitrária do que é um homem e o que é uma mulher. Não se trata, portanto, de um paradigma polarizado e hierarquizado entre “natureza primeira” versus “intervenção artificial”, mas entre as composições mais obviamente *reconhecíveis e cognitivamente palatáveis* dentro do aparato fenomênico cultural da cisnormatividade – gêneros inteligíveis – e as menos – gêneros ininteligíveis. Desse modo, o que se tem na lógica cisnormativa é uma mitologia enviesada que se reivindica como e se disfarça de

⁴ Aqui se faz uma menção à versão popularizada no senso comum da máxima política atribuída a Nicolau Maquiavel – filósofo italiano do século XVI – por conta de sua obra “O príncipe”.



natureza sobre a manobra lógica questionável de que “um homem é um homem porque é um homem”, sem que isso encontre a reciprocidade empírica pela qual tal episteme hegemônica alega ser validada. Afinal, dentro do famigerado argumento do senso comum de que “natural é como viemos ao mundo”, os procedimentos médicos realizados em bebês intersexo se aproximam mais da intervenção artificial do que da perpetuação dessa suposta e glorificada natureza primeira. É por razão de sua contradição imanente e iminente que a cisnormatividade precisa para si mesma fazer sua manutenção cirúrgica, cognitiva e cultural como origem universal do ser – ou de tudo. A cisnormatividade é, portanto, uma episteme que embaralha as posições entre fenômeno e explicação do fenômeno, pois alega – tal qual Deus – ser a ontologia pré-cultural – *natural* – do gênero, quando na verdade produz esse mesmo gênero que depois descreve, prescreve, explica e atesta como real único primeiro a todas as coisas. Às demais composições performativas e prostéticas que fogem a essa norma – aos *cuírs*⁵ – se tem a patologização, ou a transfobia: a terceirização violenta do trauma cis perante a insuficiência de sua conclamada natureza ideal.

O esforço da cisnormatividade em se alienar de sua própria morte

Pois é justamente do ponto em que a cisnormatividade é incapaz de se sustentar em seu próprio mito originário, que se produz a experiência de abjeção (Kristeva, 1982) de tudo que escapa ao modelo inteligível descrito por “cis”: uma relação de atração e aflição frente ao fim/começo ou começo/fim de sua fronteira onto-epistêmica de si consigo e, portanto, com o mundo. Existe uma insistência fundamental em crer no sistema sexo-gênero binário genitalista como plenamente capaz de descrever o que se experiencia como real por conta da suposta correspondência imediata e idêntica entre essa episteme hegemônica e a própria noção de ser, ou de mundo. Assim, qualquer ameaça à sua invisibilidade intencional tende a levar ao dismantelamento da sua plenitude como essência

⁵ Aqui se faz menção ao termo *cuír*, uma apropriação antropofágica latino-americana do termo *queer*, que em inglês significa literalmente “estranho”, ou “esquisito”, e foi historicamente usado para designar pejorativamente pessoas fora da cisheteronormatividade, até então ser apropriado por elas como símbolo de resistência e contestação. “Cuír” tem como interesse a descentralização das referências e conceitos do eixo Europa-Estados-Unidos, ou “norte” do mundo, e faz uma brincadeira com a palavra “cu”, que significa “ânus”. As pessoas “cuír”, portanto, seriam as pessoas fora da cisheteronormatividade.



absoluta, o que gera a experiência do choque entre o que se conhece como totalidade das coisas e o seu aparente e eminente fim.

[...] o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente. Essa formulação desloca o conceito de gênero para além do domínio de um modelo substancial de identidade para um modelo que exige uma concepção de temporalidade social constituída. Significativamente, se o gênero é instituído por atos internamente descontínuos, o aparecimento da substância é precisamente isso: uma identidade construída, uma realização performativa na qual a plateia social cotidiana, incluindo os próprios atores, vem a acreditar, além de performar como uma crença (Butler, 2018, p. 3).

Desse modo, o ruir da cisnormatividade enquanto campo cognitivo epistêmico não significa apenas ruir concepções cis-binárias de gênero, mas *o próprio estatuto de realidade das coisas*, bem como o elo de unificação entre o ser e si mesmo, o ser e o mundo, a então “natureza”. Em suma, dentro do campo de compreensão criado e gestado pela hegemonia, dizer que “mulher” e “vagina” *não são concepções idênticas* é tão radical quanto sabotar a seguridade subjetiva do ser como substância sólida: para a cisnormatividade, é o mesmo que dizer que o ser, na verdade, não existe.

Aqui farei uso da dialética hegeliana de constituição do ser - em um movimento metalinguístico de usar um dos cânones consagrados da história da filosofia cis ocidental como imagem - para aprofundar minha análise sobre as relações da cisnormatividade com seu fim, tomando principalmente o conceito de *experiência de morte* (Hegel, 1974) das passagens da consciência: ao estabelecer com algo fora de si uma relação de *reconhecimento*, o sujeito experiencia uma difusão dos seus contornos, do que seguramente podia antes entender como *si*; esse movimento será descrito como “morte”, pois dele faz parte o luto em relação a um estado prévio de si que *já não pode mais ser* perante o ato de *se reconhecer em algo fora de si* - o que pressupõe o fim do mundo como ele era até então. Entretanto, é justamente essa colisão com esse *reconhecimento do externo como agora parte de si* que *atualiza* o sujeito para si mesmo e, assim, processualmente o constitui como um ser imbuído de história, por meio da assimilação de um novo conjunto paradigmático possível. Se aproximarmos esse modelo à



cisnormatividade como uma consciência, a presença de alguma corporalidade que transgrida seus limites cognitivos – bebês intersexo, homens trans com barba e vagina, mulheres trans com barba e pênis, etc. – seria então *suficiente* para destituir sua supremacia ontológica: ao reconhecer no outro uma existência que incorpora em si signos “masculinos” e “femininos” *simultaneamente*, a premissa binarista e genitalista da cisnormatividade cairia por terra enquanto lei fundamental e universal de funcionamento da experiência humana. Os gêneros ininteligíveis, desse modo, seriam o *externo reconhecido* como *também* arranjo composicional humano *possível*, o que instantaneamente minaria a validade da cisnormatividade em anunciar a si mesma como modelo único de ser, e, assim seria ela os contornos desfeitos frente ao reconhecimento e à morte – o que, por sua vez, levaria ao surgimento de outros paradigmas mais inclusivos e plurais de experiência humana: menos transfóbicos, exclusivamente binários e genitalistas.

Entretanto, podemos ver que a processualidade entre reconhecimento-morte-reconstituição-de-si *não acontece*, pois, caso contrário, bastaria a existência e a percepção de um corpo não-cisnormativo para que a transfobia fosse uma questão já superada, ou mesmo inexistente, tal qual seria a própria episteme hegemônica. Assim, se continuarmos com a dialética hegeliana como base imagética para nossa reflexão sobre o comportamento da cisnormatividade, podemos pensar que é como se, frente ao vislumbre da experiência da morte, ela *refreasse* o processo, como quem busca resguardar a si em um estágio *pré-reconhecimento, pré-possibilidade-trans, pré-cis*: um estágio delirante em que o que a cisnormatividade delimita como o real é idêntico a um *real absoluto* do mundo de maneira tão radical que essas duas instâncias nem existem como duas, como separadas; de modo que não exista nem trans, nem cis, apenas o mito da criação como refúgio epistêmico, subjetivo, dominante e generalizado. O seu movimento, portanto, perante o vislumbre da eminente experiência de morte de si, é o da *autoalienação* em seu *disfarce de natureza*, para que o disfarce se torne sua própria carne, numa tentativa desesperada de restaurar a ordem homogênea das coisas que ela mesma instituiu.

A genitália como placebo da cisnormatividade

É indubitável que a instauração segura dessa alienação é uma tarefa



desafiadora frente aos fenômenos da vida, pois é difícil sustentar a condição originária divina da equação homem = pênis/mulher = vagina perante a materialidade de um bebê que nasce com uma genitália que *não se enquadra* nos modelos construídos e preestabelecidos pênis/vagina, ou perante a materialidade de um homem trans cuja genitália “original” *foi lida* como vagina ao nascer, e que portanto foi dito “é menina!”, mas que, mediante sua barba e músculos, é percebido como *um homem de fato* no tecido sociocultural compartilhado. Para além dos já citados mecanismos bioprostéticos (Preciado, 2017) de criação e reafirmação da cisnormatividade como verdade original – como no caso da operação de bebês intersexo –, para que o mecanismo de autopreservação por meio da alienação seja efetivo, é necessário um *artifício epistêmico* que garanta a supremacia da “natureza” perante sua morte: a eleição da genitália como manifestação indubitável do mito da criação.

A genitália então é consagrada como o subterfúgio lógico que sustenta o mito cis-binarista por ser a única que parece não se desmantelar frente à concretude gritante do corpo que escapa aos mandamentos da cisnormatividade. Para isso, é feita uma manobra conceitual que instaura a dicotomia hierarquizada “natureza” e “artificialidade”, na qual o interesse está na sua correspondência com as instâncias também arbitrarias e dicotômicas de “biologia” e “cultura”. Essa distinção, por fim, culmina na instauração dos binômios “sexo” e “gênero”: a instância “sexo” – idêntica à genitália – seria biológica e, portanto, *natural*, enquanto a instância “gênero” seria *cultural*, e, desse modo, *efêmera* e *situacional* – a forma como o indivíduo se apresenta na vida por ter nascido “homem” ou “mulher”, ou apesar de – mas, não obstante, inegavelmente – ter nascido “homem” ou “mulher”. Em suma, o decreto da genitália como prova de que a natureza é a verdade e *é a própria cisgeneridade* e vice-versa cria o paradigma platônico em que “gênero” é *contingente e moldável*, enquanto “sexo” é a essência *ideal e imutável*. Butler analisa tal movimento epistêmico de modo crítico, ao apontar sua fragilidade na maneira como tal argumentação isenta “sexo” de ser ele mesmo *também* um constructo sociocultural carregado de signos de poder, negociação e interesse:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz



sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 2003, p. 27).

Por conta dessa não garantia absoluta no conceito de “sexo” como “âncora original da existência” que a argumentação de Butler aponta, é estritamente necessário para a perpetuação da supremacia cisnormativa que ela se esquivae e se aliene da sua própria autoria do constructo sexo/genitália. Desse modo, todos os desvios da norma, capazes de confrontá-la com seu próprio fim – como vimos na comparação com a dialética hegeliana da constituição do sujeito – podem ser neutralizados – em seu poder de perturbação estrutural do império sociocultural cisnormativo – através de suas realocações como marginalidades pejorativas, agrupadas em diferentes graus de perversão, deformidade ou loucura. Assim, o constructo natureza/biologia/sexo termina por operar como um *mecanismo de defesa* da episteme hegemônica – uma ferramenta de subjugação ontológica de tudo que não é cisnormativo nas categorias: 1) pessoas enganadoras que fingem ser mulheres ou homens, mas *não são*; 2) pessoas iludidas, que têm a audácia ingênua de se dizerem *outra coisa* perante a supremacia indubitável de seu sexo; 3) aberrações, cujas deformidades nasceram com elas – e são passíveis de correção por meio da medicina e/ou psicanálise ocidental normativa – ou que infligiram tais deformidades em seus corpos por nenhuma razão aparente além de uma audácia prepotente de *ir contra a natureza* – definitivamente um caso de complexo de Deus.

Desse modo, a alienação da cisnormatividade perante seu próprio fim ocorre a partir de uma modulação discursiva da experiência perceptiva por meio da instauração do constructo natureza/biologia/sexo. Frente à materialidade inegável do corpo que se apresenta fora dos limites prescritos pela cisnormatividade – corpo cuja presença tem o potencial de revelar a suposta “natureza” como uma ficção cultural (Butler, 2003) –, o sistema sexo-gênero tenta – ou *finge* para si conseguir – amenizar os impactos daquela presença disruptiva por meio de



manobras narrativas, cujo interesse é desmantelar esse poder, de modo que a hegemonia cis não seja ela mesma desmantelada por ele.

Eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele (Mombaça, 2021, p.28).

A premissa em voga – consciente ou não – por trás desse gesto discursivo parece ser: já que é impossível de fato destruir *toda* manifestação não-cisnormativa e *cessar de vez* suas aparições, é necessário então a criação de um paradigma no qual essas manifestações sejam catalogadas e justificadas *sob a ótica da cisnormatividade*. Assim, a genitália é esse salva-vidas-âncora-garantia de que o mundo cisnormativo ainda reina e triunfa sobre qualquer devir epistêmico, pois, perante todos eles, é possível reestabelecer “o normal” com as máximas transfóbicas “homem não tem vagina” e “mulher não tem pênis” – ou mesmo “homem tem pênis” e “mulher tem vagina”.

Um exemplo de como essa necessidade da genitália localizada como documento de identidade ontológica do ser é gritante é o de que uma transição de gênero apenas é aceita e validada em sua realidade mediante uma operação plástica da genitália – não surpreendentemente, chamada de cirurgia de “redesignação *sexual*”. Entretanto, essa pessoa de genitália operada – aquela que, aos olhos do sistema sexo-gênero, agora preenche os requisitos para receber o visto que permite sua entrada no campo do sexo oposto –, ainda assim não tem o mesmo estatuto existencial que uma pessoa cuja corporalidade é coerente com a norma: não é *completamente mulher como as mulheres de verdade*, ou *completamente homem como os homens de verdade*, pois *ela nasceu homem e ele nasceu mulher*. Em suma, mesmo *adquirindo* a genitália requerida para pertencer ao campo de inteligibilidade cognitiva absoluta daquele gênero, ainda se trata de uma *genitália subalterna*, pois ela não é *natural* – ou seja, “não é como você veio ao mundo”. Esse é, enfim, o movimento discursivo que condiciona a irremediável presença de corpos trans em um mundo dominado pela cisnormatividade de modo que ela possa perpetuar sua supremacia: uma episteme hegemônica na qual a transgeneridade é uma subcategoria da



cisgeneridade e *ontologicamente inferior* a ela – como Eva, que, mesmo também sendo humana no Éden, no fundo não passa de uma costela de Adão. Assim, o golpe da cisnormatividade para garantir sua sobrevivência e perpetuação de seu império colonizatório é através da violência onto-epistêmica de dizer o que a *transgeneridade é, mas sob seus próprios termos*.

Esse pequeno capítulo tem no título o jogo comparativo da genitália como placebo da cisnormatividade porque, mesmo que a eleição do esquema biologia/sexo/genitália como subterfúgio basal de imposição de sua supremacia *tenha diversas falhas argumentativas* passíveis de serem contestadas, é ainda nesse mesmo conceito de “genitália” que a cisnormatividade se agarra desesperadamente para adiar, ignorar, e/ou se iludir de que não acontecerá sua auto experiência de morte. O conceito hegemônico de “genitália”, portanto, é um placebo, pois ele conforta e parece funcionar para a cisnormatividade como manutenção de sua vigorosidade, apesar do conceito em si *não significar nada* do que se pressupõe a significar de fato, *ser vazio em sua potência substancial*. Também, tal como um placebo, ele só funciona mediante a crença e insistência invariável do paciente em sua eficácia, e daqui voltamos ao trauma: quanto mais a cisnormatividade se dissolve pela expansão de *presenças e epistemologias trans*, mais ela, em estado de negação regressiva, insiste em seus placebos para adiar o seu fim.

Se há a marca cisgênera do capitalismo (capitaliCISmo), poderíamos inferir que, da mesma forma que seria notadamente mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo, seria também mais fácil imaginar — e comercializar — o fim do mundo do que conceber — e fabular — o fim da cisgeneridade? Não estaria a ideia de “fim de mundo” tentando camuflar os verdadeiros fracassos coloniais? Assinalamos aqui que, o tal de “fim de mundo” refere-se, antes, ao fim de um mundo: o mundo da branquitude, o mundo da cisgeneridade, o mundo adultocêntrico, o mundo capacitista, etc. (Leal, 2021, p. 5).

A conclusão, portanto, é de que a transfobia não é fruto de uma incapacidade da cisnormatividade de *reconhecer de fato* um corpo trans – o que muito se observa em discursos de pessoas cisgêneras como “é difícil para mim” ou “eu não consigo entender” –, mas de uma necessidade traumática de *negar o momento do reconhecimento* que – como coloca Hegel – é sucedido pela experiência da morte, de sua dissolução. Os corpos não-cisnormativos, trans, enfim, talvez não



sejam *ininteligíveis*, como provoca Butler, mas sim *intragáveis*.

A transfobia como critério-placebo curatorial da cisnormatividade

Posta essa análise sobre o fenômeno da transfobia, é possível que a impressão que fique seja de que as *pessoas reais* que se encaixam no que foi exposto, são aquelas de um cenário excessivamente conservador e/ou deliberadamente fascista, de modo que também fique, talvez, uma impressão consequente de que, por contraposição, *existem boas pessoas cis*: pessoas cuja performatividade de gênero e autoidentificação estão dentro do escopo cis, mas que a elas *não interessa compactuar* com a transfobia *de forma alguma*; a elas interessa serem aliadas e darem espaço para pessoas trans, pois elas *acham importante dar voz* para pessoas trans. Pode ser que se esse texto tivesse acabado no capítulo anterior, essas boas pessoas cisgêneras aliadas iriam dormir em paz sabendo que elas não fazem parte de nenhuma cadeia de reação traumática que se manifesta transfobicamente sob as frases “mulher não tem pênis”, etc., pois elas *não pensam isso*, tampouco *diriam isso, muito menos* para uma mulher trans. Pois bem, desejo terminar esse texto investigando, a partir de nossas reflexões tecidas até então sobre a cisnormatividade – sua auto criação e perpetuação, seus traumas, seus placebos e suas transfobias –, as boas pessoas *cisgêneras aliadas* – principalmente aquelas que são brancas, e que estão nas posições de poder de curadoria, produção e crítica do cenário teatral.

Antes de irmos para nossa última análise do comportamento da cisnormatividade e da sua prática de transfobia – agora em um estudo de caso –, é importante ressaltar que não partiremos do pressuposto contrário: de que *todas* as pessoas cuja performatividade de gênero e autoidentificação está dentro do escopo cis *são más*. Na verdade, essa dualidade binária ocidentalizada entre “bom” e “mau” não nos interessa – o “trans bom” *versus* o “cis mau” – pois isso é também um constructo colonialista que opera como mecanismo epistêmico cognitivo para um poder supremacista genocida cisnormativo. Esse texto não é sobre criar um *tribunal trans* que, sob o crivo da autoridade do lugar de fala, julga e separa os “bons indivíduos cis” dos “maus indivíduos cis”. Ao longo do texto inteiro, o termo



recorrentemente empregado foi “cisnormatividade” e não “cisgeneridade”, justamente por um interesse em desviar a discussão de possíveis contestações supérfluas como “nem toda pessoa cis é assim”, etc. Isso porque o que interessa – para *mim*, como uma entre muitas pessoas trans, afinal tampouco sou eu, como às vezes a cisnormatividade instantaneamente pressupõe, porta-voz de uma suposta entidade homogênea trans – é analisar cenários, fenômenos, dinâmicas, para que se possa compartilhar, trocar e gerar reflexões que contribuam para o fim de uma mentalidade que opera nos nossos modos de ser, se relacionar, etc., e que é violenta, excludente, discriminatória e assassina. Usei então o termo “boas pessoas cisgêneras aliadas” como mote dessa reflexão final pois é exatamente esse conceito que vamos investigar – o *mito* das boas pessoas cisgêneras aliadas: quem faz uso desse discurso de “bondade” e “aliança”, quais seus efeitos, e como o fenômeno das “boas pessoas cisgêneras aliadas” como curadoras, produtoras e críticas da cena teatral se relaciona com o fenômeno da transfobia como trauma da cisnormatividade perante seu fim.

É interessante desenvolver essa análise com foco no âmbito da produção teatral – principalmente a que se pressupõe mais “contemporânea” e “experimental” – pois é um ambiente em que a moralidade valorizada e requerida para os indivíduos que dela fazem parte – principalmente os cisgêneros e brancos – é o da postura antirracista, antitransfóbica, antimisógina, antigordofóbica, anticapacitista, etc. Entretanto, essa premissa compartilhada e consciente de ser anti-conjunturas-discriminatórias, antes de ser um requisito necessário para um projeto político de criação de um ambiente desierarquizado, acessível e plural, se torna principalmente e veladamente uma *trend*, uma *hashtag* em algum post do Instagram ou *Tik-tok*: se você é curador/a (cis) e está trabalhando com pessoas trans, por exemplo, significa que a programação teatral do espaço que você está gestando é *moderna, atualizada e importante*; produzir obras de pessoas trans significa que você (cis) está fazendo parte da propagação de um assunto *necessário e político*; escrever e publicar críticas sobre obras de pessoas trans significa que você (cis) está a par dos assuntos mais relevantes e ainda faz o papel de dividi-los com o mundo; por fim, a premiação para pessoas trans por trabalhos que falam sobre coisas trans, sobre como se é sofrido e belo ser trans, mediante



uma coragem trans, significa que os jurados (cis) estão *incluindo* essas obras em espaço de destaque e prestígio.

Enfim, o que essa lógica aparentemente positiva – afinal, as pessoas trans estão *ganhando* cada vez mais espaço – esconde como perversa é o contínuo funcionamento dos mesmos circuitos da angústia da cisnormatividade em manter sua supremacia onto-epistêmica por meio da transfobia como mecanismo estabilizador da situação cis-binária como o homogêneo “normal”, bem como da perpetuação de seus espaços privilegiados de enunciação. Os “ganhos” que artistas trans obtêm não são indícios do sucesso de um projeto de dissolução das hierarquias materiais, epistêmicas, de classe, etc., mas efeitos colaterais dos ganhos reais em foco: a perpetuação dos representantes majoritariamente cisgêneros que detém o poder dos espaços das artes e suas celebrações honorárias enquanto indivíduos conscientes e preocupados com “as causas importantes”, ou as “pautas identitárias”, ou ainda “os grupos minoritários”. Dodi Leal (2021), em seu texto *Fabulações travestis sobre o fim*, elabora o conceito de *travecoins* para analisar esse cenário no qual as pessoas trans não são o produto, mas a *própria moeda de troca* por meio da qual a cisgeneridade pode acessar experiências, apostar em seu valor agregado, observar sua inflação e deflação etc. Desse modo, a suposta *bondade* das pessoas cisgêneras que detém os espaços de poder do teatro – curadoria, premiação, crítica, produção –, dão o nome de “ser aliado/a” para sua inserção como investidor no mercado especulativo cênico-monetário sob artistas trans, que podem se tornar mais ou menos lucrativos mediante o valor que podem agregar consigo – principalmente mediante intersecções de raça, classe, ancestralidade, etc. Jota Mombaça, em seu texto *A plantação cognitiva* (2021), analisa o discurso do “empoderamento” como mecanismo contemporâneo e atualizado de perpetuação das estruturas racistas colonizatórias nos circuitos artístico-culturais:

Recentemente, após a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) de 2019, uma manchete se repetiu diversas vezes pelas redes sociais brasileiras: “Dos cinco autores mais vendidos, quatro são negros e um é indígena”. O sentido atribuído a essa narrativa era um atado às Políticas da Representatividade, no qual esse fato aparecia como um sinal de “empoderamento” coletivo das gentes negras e indígenas no marco dos sistemas contemporâneos de produção de conhecimento. Para mim, tal



manchete não deixou de evocar, a cada aparição, o fantasma do valor como dispositivo profundamente implicado no arsenal da Racialidade. A conjunção de “mais vendidos” com “dos cinco, quatro são negros e um é indígena” funciona, portanto, como uma das curvas espaço-temporais na qual Dana se vê enredada: sinto o mundo girar à minha volta e sou tomada por uma tontura, a paisagem que me cerca vai perdendo forma e me vejo lançada numa espiral... O corpo negro é uma máquina do tempo. Sempre que somos as mais vendidas, retornamos à mesma situação-problema. Em outra posição (Mombaça, 2020, p. 7).

Do mesmo modo, podemos ver esse movimento no cenário curadoria-produção-crítica cis em relação a artistas trans: a narrativa da “inclusão” e do “dar espaço” traz ganhos de diversas ordens *para essas mesmas pessoas cis* que “incluem” e “dão espaço”, e não o contrário: a cisnormatividade ainda ganha porque o jogo jogado ainda é o dela. São elas que decidem o quê, o como, o quando, o porquê e com qual leitura obras trans vão entrar no circuito artístico teatral, cujo parâmetro é sempre o da cisnormatividade: o que *ela* está interessada em consumir, vender, experienciar e especular sobre a transgeneridade. Assim, trazendo uma frase sempre reiterada por Dodi Leal, existir como artista trans no cenário hegemônico é sempre uma situação de “ganhar perdendo e perder ganhando”.

Voltando à imagem hegeliana da dialética da constituição do sujeito em paralelo à transfobia como trauma, é importante que a hegemonia cisgênera detentora de poder nos circuitos do teatro *inclua mediante seus termos* para que ela não perca o controle do crivo por excelência que decide qualidade, interesse, relevância, urgência temática e discursiva. Se as epistemes transcentradas são o externo reconhecido que culmina na experiência de morte da cisnormatividade como paradigma definitivo e imutável, a eminente constatação do critério curatorial cisnormativo como *falho, datado e antiquado* tem como resultado a *irrelevância* de uma curadoria-produção-crítica que se pautie insistentemente no mito sexo-gênero como verdade originária. Isso então denota a necessidade do sistema curadoria-produção-crítica cis de uma “tutela cisgênera das existências trans” (Leal, 2021, p.11) como resposta traumática ao reconhecimento de sua desimportância epistêmica. Assim, tal como o constructo sexo/biologia/natureza, a *inclusão* praticada pelas “boas pessoas cisgêneras” é o seu placebo de perpetuação hierárquica no circuito teatral. Afinal, a real destituição dos sistemas



de poder – os quais subjagam perspectivas, produções artísticas e epistêmicas trans, e que são responsáveis por uma distribuição desigual de lugares de enunciação e poderio econômico –, nunca foi parte do projeto contemporâneo-jesuíta cis de “dar espaço” para pessoas trans no restrito cenário de criação e circulação teatral, e nós *sabemos* disso.

Referencias

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. 2018. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

KRISTEVA, J. *Powers of horror. An Essay on Abjection*. Nova York: Columbia University Press, 1982.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. São Paulo: Ed. Abril, Col. Os Pensadores, 1974.

LEAL, D. T. B. Fabulações travestis sobre o fim. *Conceição/Conception*, [S. l.], v. 10, n. 00, p.e021002, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conce/article/view/8664035>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MOMBAÇA, J. A plantação cognitiva. In: *MASP Afterall - Arte e Descolonização*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 2020.

MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PRECIADO, P. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

Recebido em: 15/02/2024
Aprovado em: 01/04/2024